

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.255 - MS (2019/0302243-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CHRISTIANE MARIA DOS SANTOS PEREIRA JUCA
INTERLANDO - MS005372
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : V R DE A (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **V. R. DE A.**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Naviraí, julgou extinta, sem resolução de mérito, a representação pela prática de ato infracional ajuizada em desfavor do paciente, em razão do advento da maioridade.

Irresignado, o Ministério Público interpôs Recurso de Apelação pugnando o afastamento da extinção do processo e seu regular prosseguimento.

A Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, à unanimidade, concedeu provimento ao recurso ministerial, em acórdão que restou assim ementado:

EMENTA - RECURSO DE APELAÇÃO - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ADVENTO DA MAIORIDADE APÓS A PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL - EXTINÇÃO DO PROCESSO IMPOSSIBILIDADE - LEGÍTIMO INTERESSE E POSSIBILIDADE DO ESTADO NA APLICAÇÃO DE QUALQUER MEDIDA SOCIOEDUCATIVA AO INFRATOR ATÉ OS 21 ANOS DE IDADE - ARTS. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, E 121, § 5º, DO ECA - SENTENÇA REFORMADA PARA DETERMINAR O REGULAR PROSSEGUIMENTO DA REPRESENTAÇÃO - PROVIMENTO, COM O PARECER.

Consoante orientação jurisprudencial da Corte Superior, para a aplicação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, leva-se em consideração apenas a idade do infrator ao tempo do fato, sendo irrelevante a circunstância de alcançar a maioridade durante o processamento da representação ou cumprimento da medida, seja esta qual for, nos termos dos arts. 2º, parágrafo único, e 121, § 5º, do ECA, aplicável até os 21 anos de idade.

Alega a impetrante, em síntese, falta de interesse processual superveniente no prosseguimento da representação ante ao fato do Paciente ter atingido a maioridade penal.

Superior Tribunal de Justiça

Requer seja extinta a representação ofertada em desfavor do Paciente, nos termos da sentença do juiz de primeira instância.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Busca-se, no mérito deste *writ*, o reconhecimento da extinção da execução diante da falta de interesse de agir superveniente pela maioria do adolescente.

Não assiste razão à impetrante.

Em seu art. 121, §5º, o Estatuto da Criança e do Adolescente admite a possibilidade da extensão do cumprimento da medida socioeducativa até que o jovem complete 21 (vinte e um) anos de idade, abarcando qualquer das providências socioeducativas estabelecidas ao adolescente, quando, então, dar-se-á sua liberação compulsória.

Dessarte, a maioria penal apenas torna o adolescente imputável, não afastando, porém, a possibilidade de manutenção da medida socioeducativa anteriormente imposta.

Noutro vértice, conforme entendimento sedimentado neste Superior Tribunal de Justiça, considerando a interpretação sistêmica da legislação menorista, tem-se que, para apuração do ato infracional e efeitos da aplicação da medida socioeducativa, qualquer que seja ela, **deve ser considerada a idade do autor ao tempo do fato**, sendo irrelevante a implementação da maioria civil ou penal no decorrer de seu cumprimento, já que, como visto, o limite para sua execução é 21 anos de idade.

Nesse sentido:

"PENAL HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO TRÁFICO DE DROGAS. ART. 122 DO ECA. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ROL TAXATIVO. REITERAÇÃO DELITIVA. SUPERVENIÊNCIA DA MAIORIDADE PENAL NO CURSO DO PROCESSO OU DA EXECUÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES.

2. A medida socioeducativa de internação é possível somente nas situações taxativamente elencadas no art. 122 do ECA, quais sejam, quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

3. Hipótese em que o Tribunal *a quo* destacou a reiteração delitiva específica na prática de atos infracionais para a fixação da medida socioeducativa de internação.

(...).

5. A superveniência da maioria penal do adolescente (18 anos) no curso do procedimento de apuração do ato infracional ou quanto submetido à medida socioeducativa não provoca a

Superior Tribunal de Justiça

extinção do procedimento ou da medida, bem como não enseja a liberdade compulsória 6. Habeas corpus não conhecido."

(STJ - HC 316.693/SP - Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES (desembargador convocado do TRF 5ª REGIÃO) – QUINTA TURMA, Julgado em 17/03/2016, Dje de 28/03/2016).

Diante do exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

